

# Clarificação da Regra Final da Cobrança Pública de 2022

O Departamento de Segurança Interna (DHS) dos EUA emitiu uma regra final, a ser publicada no Registo Federal, que proporciona clareza e consistência aos não cidadãos sobre a forma como o DHS administrará a acusação pública por inadmissibilidade. A regra restabelece o entendimento histórico de uma "taxa pública" que estava em vigor há décadas, até que a administração anterior começou a considerar benefícios de saúde pública suplementares, tais como Medicaid e assistência nutricional, como parte da determinação de inadmissibilidade da taxa pública. A regra anunciada hoje é um exemplo do compromisso da Administração Biden de restaurar a fé no nosso sistema de imigração legal.

A um não-cidadão considerado susceptível de se tornar um "encargo público", o que significa que é provável que se torne principalmente dependente do governo para a sua subsistência, pode ser negada a admissão ou residência permanente legal (conhecida coloquialmente como green card). Antes de 2019, quase todos os benefícios governamentais não monetários, tais como Medicaid ou assistência nutricional, foram excluídos da consideração. A regra de 2019, que acabou de ser desocupada e já não se encontra em vigor, resultou numa queda nas inscrições em tais programas entre indivíduos que não estão sujeitos à acusação pública de inadmissibilidade, tais como crianças cidadãs americanas em famílias de estatuto misto. A publicação desta regra no Registo Federal evita estes efeitos, codificando formalmente o entendimento histórico do termo.

## Com esta regra, o DHS procura implementar o fundamento de inadmissibilidade da taxa pública de uma forma que:



Proporciona segurança para o público regulamentado;



Não requer o preenchimento de novos e onerosos formulários e documentação de apoio;



É consistente com a direção do congresso;



Não estabelece normas complicadas e confusas;



É claro e compreensível para oficiais e para não-cidadãos e suas famílias;



Não se aplica a pedidos e petições de prorrogação de estadia e de mudança de estatuto; e



Conduz a adjudicações justas e consistentes para reduzir o risco de tratamento desigual de indivíduos em situações semelhantes;



Não ignora a importância de evitar "afugentar" - ou seja, desencorajar a participação de um indivíduo em programas de utilidade pública, com base no medo de consequências negativas na imigração, mesmo quando esse indivíduo não está sujeito à regra em primeiro lugar.



Remove barreiras indevidas aos candidatos; e



Evita desencorajar a utilização de benefícios públicos por aqueles que não estão sujeitos à taxa pública.



U.S. Citizenship and Immigration Services